

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.227.997 - MS (2017/0334111-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : PAULO FLÁVIO CARVALHO  
**ADVOGADOS** : JOSÉ BELGA ASSIS TRAD E OUTRO(S) - MS010790  
GIOVANNA MARIA ASSIS TRAD CAVALCANTI - MS008650  
ASSAF TRAD NETO - MS010334  
**AGRAVADO** : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
**ADVOGADOS** : MARCO ANDRÉ HONDA FLORES E OUTRO(S) - MS006171  
RAFAEL DE ALENCAR TOLEDO - MS017583

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, interposto por PAULO FLÁVIO CARVALHO, fundado no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assim ementado (fl. 149):

*APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE CANCELAMENTO DE RESTRIÇÃO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - IMPROCEDENTE - NOVAÇÃO NÃO CARACTERIZADA INEXISTÊNCIA DE ANIMUS NOVANDI SUBSISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DANOS MORAIS - AFASTAMENTO INADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO LANÇAMENTO DO NOME NO ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO JUSTIFICADO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.*

*Para a existência da novação, sabe-se que a legislação civil brasileira exige alguns requisitos, quais sejam: (a) existência de uma obrigação anterior, desde que esta não seja nula ou inexistente; (b) constituição de nova obrigação; (c) o inequívoco ânimo de novar (animas novandi) e (d) que as partes tenham capacidade geral para contratar, já que se trata de ato complexo de conteúdo liberatório (da obrigação anterior) e obrigatório (110 que se refere à constituição de nova obrigação).*

*É descabida a indenização por dano moral em razão do lançamento do nome do devedor nos órgãos de restrição ao crédito, ainda mais se o ato de registro se deu no exercício regular do direito do credor (art. 43 do CDC) em virtude da incontroversa inadimplência contratual dos devedores solidários.*

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados às fls. 384/391, com

aplicação de multa (fls. 384/391).

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 10, 128, 359, 515 e 517, §1º, 538, do CPC/73. Para tanto, sustenta, em síntese, que: (i) "*ao deixar de apreciar a alegação e extinção da dívida contraída pelo recorrente, na condição de garante, o acórdão violou o disposto nos arts. 128, 515, 'caput', e parágrafo primeiro e 517 do CPC/73*" - (fl. 403); (ii) "*o acórdão deverá prover o presente recurso a fim de reconhecer a veracidade do fato que o recorrente pretendia provar com o documento não exibido pelo recorrido, isto é, que o recorrente não participou do acordo firmado entre o devedor principal e o banco recorrido*" - (fl. 409).

É o relatório.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

No tocante à alegação de que o acórdão recorrido não analisou fundamento relativo à transação, a Corte de origem consignou o que se segue, *in verbis* (fl. 387):

*Quanto à alegação de omissão quanto ao falo da ocorrência de transação constante do art. 844 do CPC. que tem o condão de extinguir a obrigação solidária, não há de ser conhecida sob pena de supressão de instância, eis que tal questão não foi levantada na inicial, nem analisada em primeiro grau (...) "* (grifei)

Ocorre que esta Corte de Justiça posiciona-se no sentido de que, em que pese a análise da petição inicial deva ser realizada de forma lógico - sistemática, não se pode extrapolar os limites da causa de pedir, como no caso dos autos, em que nem mesmo foi suscitada a realização de transação na origem.

Sobre o tema, colacionam-se as seguintes ementas:

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INCORREÇÃO DE VALORES E ILIQUIDEZ DA DÍVIDA. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO EM QUE TRAMITA A EXECUÇÃO. QUESTÃO NÃO DEDUZIDA NA PETIÇÃO INICIAL DO HABEAS CORPUS. INOVAÇÃO RECURSAL INADMISSÍVEL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MEDIDA DE URGÊNCIA, ADEMAIS, SUSCETÍVEL*

DE DEFERIMENTO ATÉ MESMO POR JUÍZO ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE.

(...)

**3. Além de a questão relacionada à incompetência absoluta do juiz não ter sido objeto de arguição na petição inicial do habeas corpus, configurando inadmissível inovação recursal apenas neste momento processual, é indubitoso que a ordem judicial que determina o pagamento da pensão alimentícia reveste-se, em regra, de urgência e de necessidade premente de tutela dos interesses dos credores, o que autoriza o seu deferimento e cumprimento até mesmo por juízo incompetente. Precedentes.**

**4. Recurso ordinário em habeas corpus conhecido e desprovido.**

(RHC 95.915/SP, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 05/12/2018) - grifou-se.

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARES DE MÉRITO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DESATENDIMENTO DO ÔNUS DA DIALETICIDADE. IMPETRAÇÃO CONTRA ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO. DESCABIMENTO DO MANDAMUS. ART. 5º, II, DA LEI 12.016/2009. HIPÓTESES EXCEPCIONAIS NÃO-CONFIGURADAS. SÚMULA 267/STF. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

**1. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento segundo o qual a ampla devolutividade do recurso ordinário não pode ser levada ao extremo de permitir-se a livre discussão de temas que não foram objeto da exordial e sequer restaram enfrentados pela Corte de origem, daí porque é vedada a inovação recursal. Precedentes desta Corte Superior.**

(...)

(AgInt nos EDcl no RMS 29.098/MG, Rel. Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 02/05/2017) - grifou-se.

Observa-se portanto que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte, atraindo a aplicação da Súmula 83 do STJ.

Por sua vez, quanto ao pleito de afastamento da multa aplicada em sede de embargos de declaração, assiste razão à parte recorrente.

Observa-se que os aclaratórios, na espécie, tiveram propósito evidente de

saneamento da alegada omissão e de prequestionamento, a fim de propiciar o exame da argumentação levantada no recurso especial subsequente. Tal o desiderato dos embargos, não há por que inquiná-los de protelatórios, de modo que, em conformidade com a Súmula nº 98 deste Superior Tribunal de Justiça, deve ser afastada a multa aplicada pelo Tribunal local.

Veja-se, a exemplo, o seguinte julgado:

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. AFASTAMENTO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. NULIDADE DA ARREMATAÇÃO. CARTA DE ARREMATAÇÃO EXPEDIDA E REGISTRADA NO CARTÓRIO IMOBILIÁRIO. NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. ART. 486 DO CPC. ARREMATAÇÃO DE IMÓVEL HIPOTECADO EM EXECUÇÃO APARELHADA POR CREDOR QUIROGRAFÁRIO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO CREDOR HIPOTECÁRIO. ART. 698 DO CPC. INEFICÁCIA DA ARREMATAÇÃO EM RELAÇÃO AO CREDOR HIPOTECÁRIO (ART. 619 DO CPC), E NÃO SUA NULIDADE. (...)*

*2. É inviável a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil se os embargos declaratórios não tiveram o propósito manifesto de procrastinar o feito. Aplicação da Súmula n. 98/STJ. (...)*

*7. Recursos especiais parcialmente providos.*

(REsp 1219329/RJ, Rel. **Ministro JOÃO OTÁVIO NORONHA**, TERCEIRA TURMA, DJe de 29/4/2014).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial, a fim de afastar a multa do art. 538 do CPC/1973 imposta ao recorrente.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator